

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 906/2019

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	Altera a <a href="#">Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012</a> , que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.	Altera a <a href="#">Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012</a> , que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
<a href="#">Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012</a>	<b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 1º</b> O art. 24 da <a href="#">Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 24. O Plano de Mobilidade Urbana é o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e deverá contemplar os princípios, os objetivos e as diretrizes desta Lei, bem como:	"Art. 24. ....	"Art. 24. ....
§ 1º Em Municípios acima de 20.000 (vinte mil) habitantes e em todos os demais obrigados, na forma da lei, à elaboração do plano diretor, deverá ser elaborado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os respectivos planos diretores ou neles inserido.	§ 1º Em Municípios com mais de ^ vinte mil ^ habitantes e em todos aqueles que integrem regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total superior a um milhão de habitantes, deverá ser elaborado e aprovado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os seus planos diretores ^ e, quando couber, com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana.	§ 1º Ficam obrigados a elaborar e a aprovar Plano de Mobilidade Urbana os Municípios:  I - com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes;  II- integrantes de regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total superior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes;

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 24/04/2020 04:47)

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 906/2019

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		III - integrantes de áreas de interesse turístico, incluídas cidades litorâneas que têm sua dinâmica de mobilidade normalmente alterada nos finais de semana, feriados e períodos de férias, em função do aporte de turistas, conforme critérios a serem estabelecidos pelo Poder Executivo.
		§ 1º-A O Plano de Mobilidade Urbana deve ser integrado e compatível com os respectivos planos diretores e, quando couber, com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana.
		§ 3º (Revogado).
	§ 4º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser elaborado e aprovado até 12 de abril de 2021.	§ 4º O Plano de Mobilidade Urbana deve ser elaborado e aprovado nos seguintes prazos:
		I - até 12 de abril de 2022, para Municípios com mais de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes;
		II - até 12 de abril de 2023, para Municípios com até 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes.
	§ 7º A aprovação do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios, nos termos do disposto no § 4º, será informada à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional.	§ 7º A aprovação do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios, nos termos do <sup>^</sup> § 4º deste artigo, será informada à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
 (Elaboração: 24/04/2020 04:47)

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 906/2019

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
§ 4º Os Municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana até a data de promulgação desta Lei terão o prazo máximo de 7 (sete) anos de sua entrada em vigor para elaborá-lo, findo o qual ficarão impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência desta Lei.	§ 8º Encerrado o prazo estabelecido no § 4º, os Municípios que não tenham aprovado o Plano de Mobilidade Urbana <sup>^</sup> ficarão impedidos de receber recursos do Orçamento Geral da União consignados à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional até que seja cumprida a exigência prevista nesta Lei, ressalvada a hipótese de instrumentos de repasse já celebrados." (NR)	§ 8º Encerrado o prazo estabelecido no § 4º deste artigo, os Municípios que não tenham aprovado o Plano de Mobilidade Urbana apenas poderão solicitar e receber recursos federais destinados à mobilidade urbana caso sejam utilizados para a elaboração do próprio plano <sup>^</sup> .
		§ 9º O órgão responsável pela Política Nacional de Mobilidade Urbana deverá publicar a relação dos Municípios que deverão cumprir o disposto no § 1º deste artigo."(NR)
<a href="#">Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012</a>	<b>Art. 2º</b> Fica revogado o § 3º do art. 24 da <a href="#">Lei nº 12.587, de 2012.</a>	<b>Art. 2º</b> Fica revogado o § 3º do art. 24 da <a href="#">Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.</a>
Art. 24. O Plano de Mobilidade Urbana é o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e deverá contemplar os princípios, os objetivos e as diretrizes desta Lei, bem como: .....		.
§ 3º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser compatibilizado com o plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de 6 (seis) anos da entrada em vigor desta Lei.		
	<b>Art. 3º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação	<b>Art. 3º</b> Esta <b>Lei</b> entra em vigor na data de sua publicação

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 <sup>^</sup> Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 24/04/2020 04:47)